

Ata número doze

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2023 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e três, pelas 10:00 horas, na Sala da Assembleia no Edifício dos Paços do Concelho reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a Sessão sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Amândio Manuel Ferreira Melo comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segunda secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista - PS:

Luís António Pinto de Almeida, David Augusto Canelo, Patrícia Isabel Elvas Eusébio e João André Botão dos Santos.

Da lista do Partido Social Democrata - PPD/PSD:

António Manuel Cardoso Marques, Acácio Bernardo Nunes Dias, Telma Alexandra Nave Neves de Matos, Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar, José Carlos Bonifácio Alves, Carlos Manuel Pinheiro Gomes em substituição de Margarida Saraiva Paiva e Humberto José Geraldês Barroso.

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho.

Estiveram também presentes nesta Sessão, o Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Joaquim Luís Nunes Adolfo e o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Manuel Teixeira Amaro.

Tomada a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças.

Deu por aberta a Sessão e passou a ler a Ordem de Trabalhos que vai ficar arquivada em pasta anexa e se transcreve:

- 1- *1º Período de Intervenção do Público*
- 2- *Período Antes da Ordem do Dia*
- 3- *Período da Ordem do Dia*
 - 3.1- *Apreciação e votação das atas das Sessões de 24/02/2023 e de 24/03/2023*
 - 3.2- *Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município*
 - 3.3- *Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência de 2022 da EMPDS - Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM*
 - 3.4- *Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência de 2022 do Município de Belmonte*
- 4- *2º Período de Intervenção do Público*

1 - Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iria passar ao Período de Intervenção do Público e passou a palavra ao Munícipe interessado.

Existiu apenas uma inscrição.

A Munícipe Senhora Graça Amaro tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que gostaria de deixar uma recomendação, aludindo que não poderia colocar defeitos nas Festas do Concelho de Belmonte, contudo sugeriu que tivessem o cuidado de classificar os espetáculos, pois o espetáculo realizado na Santa Casa da Misericórdia tinha sido degradante, uma vez que o mesmo tinha tido a presença de crianças.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, tendo em conta que não havia mais pedidos de intervenção de Munícipes, se iria dar continuidade à Sessão da Assembleia Municipal.

2 - Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a Moção/Saudação ao 1.º de Maio que se transcreve integralmente.

“Moção/Saudação ao 1.º de Maio

No dia 1 de Maio de 1886 as fábricas paravam e os trabalhadores na rua exigiam melhores condições de vida e de trabalho, principalmente a redução do horário de trabalho, que muitas vezes chegava às 17 horas diárias, sendo reprimidos, sem piedade, pelas entidades policiais e patronais.

Os reflexos internacionais, desta importante luta, determinaram a declaração do dia 1 de Maio como o Dia Internacional do Trabalhador. Desde então, o movimento operário e sindical e a luta dos trabalhadores têm assumido um papel determinante nas conquistas de melhores condições laborais.

Em Portugal, o 1.º de Maio só foi comemorado livremente a partir de 1974, com o fim do regime fascista que reprimia a celebração deste dia.

O 1.º de Maio representa a luta pela justiça social e pelos direitos, por melhores condições de vida e de trabalho, por emprego com direitos, por salários e horários dignos.

Representa também, a unidade, a solidariedade e a fraternidade dos trabalhadores.

Hoje, o país atravessa muitas dificuldades como o empobrecimento, os baixos salários, a precariedade, a instabilidade, o brutal aumento do custo de vida, com o povo a pagar a fatura dos lucros que aumentam escandalosamente, a fragilização das relações de trabalho, a degradação dos serviços públicos, em particular da saúde e da educação, pondo em causa direitos conquistados e consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Mas nada disto é inevitável.

É possível uma vida melhor no nosso país, com a valorização dos trabalhadores e do trabalho e com o aumento dos salários e das pensões e com o reforço dos serviços públicos.

Assinalar esta data significa valorizar e dignificar a luta de todos os trabalhadores e das suas organizações representativas que, ao longo destes anos, lutaram pelo direito ao trabalho, por um trabalho com direitos, contra a precariedade e a exploração e por melhores condições de vida.

Celebrar o 1.º de Maio é recordar o significado da luta dos operários de Chicago e de todos os trabalhadores em geral.

Assim, a Assembleia Municipal de Belmonte delibera:

Saudar o 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador

Saudar todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos.

Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população para se associarem às suas comemorações.”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da Moção/Saudação ao 1º de Maio através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 votos a favor da Bancada do PS (10), da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), pelo que a Moção/Saudação ao 1º de Maio foi aprovada por **unanimidade** dos presentes na votação.*

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), retomou novamente a palavra e apresentou a Moção: “é urgente defender a Escola Pública - O desenvolvimento do país assim o exige!” que se transcreve integralmente.

“Moção: é urgente defender a Escola Pública

O desenvolvimento do país assim o exige!

Há muito que têm soado alertas e denúncias para os inúmeros problemas que afetam a Escola Pública, entre eles, a falta de professores.

De acordo com Relatório anual do CNE foram mais de 27 000 os alunos que no ano passado não tiveram os professores todos...

Há muito que se alerta para a necessidade de avançar com medidas imediatas e com medidas estruturais para ultrapassar o problema.

A falta de professores na Escola Pública é o resultado da desvalorização da profissão e da carreira prosseguida por sucessivos Governos.

Face à intransigência do governo em resolver problemas que se arrastam anos e anos a fio, os professores encetaram uma forte luta cujas palavras como Respeito e Valorização são as que mais sobressaem.

Respeito pelos professores, pelos seus direitos socioprofissionais, a sua carreira e as suas condições de trabalho.

Valorização da profissão, estimando os que estão, para que não a abandonem, e para atrair os mais jovens.

Tendo em conta as previsões de aposentação até final da década, ou se valoriza a profissão tornando-a atrativa para os jovens que concluem o secundário ou teremos um gravíssimo problema em breve.

Não há professores suficientes e os 1 200 jovens estudantes que iniciaram, neste ano letivo, a sua formação para a docência estão longe de preencher os lugares dos 2401 que se aposentaram. E nem contamos com os milhares que o farão até ao final da década!

Que perspetiva garante o Governo a um jovem que pretenda ser professor? Esperar 15, 20 ou mais anos para ingressar na carreira? Ser colocado a 200, 300 ou mais

quilómetros de distância do seu local de residência ou de tratamento? Ter de suportar os encargos com duas habitações?

Não se resolve o problema da falta de professores atacando os direitos dos professores.

Obrigando os professores com graves problemas de saúde a lecionar longe da área da residência ou de tratamento, com a contratação de licenciados sem habilitação profissional, o que representa um retrocesso e terá consequências na qualidade das respostas pedagógicas, nem com a manutenção de milhares de professores com vínculo precário, quando já deveriam estar na carreira.

Como também não se resolve o problema da falta de professores sem enfrentar as suas causas estruturais.

Assegurar que todos os alunos têm todos os professores exige a valorização da profissão e da carreira, assegurar condições de trabalho, o combate à precariedade e a vinculação dos professores, o rejuvenescimento da profissão, a criação de apoios à deslocação e à habitação dos professores e a criação de mecanismos que permitam o regresso à docência de professores que tenham exercido essas funções e tenham entretanto optado por outras atividades profissionais.

Em suma, esta não é uma luta corporativa, mas em defesa de uma profissão que corre sérios riscos. É a educação e o conhecimento que contribuem decisivamente para a formação integral do indivíduo, elemento crucial para a emancipação individual e coletiva, para o desenvolvimento da sociedade.

A Escola Pública é o garante para assegurar o direito de todos à educação! Defendamo-la com o necessário investimento e valorização dos seus trabalhadores!

Assim, a Assembleia Municipal de Belmonte reunida em 28 de Abril de 2023, delibera recomendar ao Governo que:

1. Atenda às reivindicações dos professores, em mesa negociada, no que diz respeito à correção das “linhas vermelhas” identificadas pelos sindicatos relativamente regime de concurso de docentes bem como relativo à colocação em mobilidade por doença;

2. Responda positivamente às reivindicações dos sindicatos sobre matérias relativas à recomposição da carreira, aos horários e condições de trabalho, à precariedade, à aposentação docente, entre outras, que exigem urgente resposta, para que a profissão docente retenha aqueles que agora estão no sistema e atraia os jovens.”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da Moção: “é urgente defender a Escola Pública - O desenvolvimento do país assim o exige! “através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **10** abstenções da Bancada do PS e **9** votos a favor, da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1),*

pelo que a Moção: “é urgente defender a Escola Pública - O desenvolvimento do país assim o exige!” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“1- Uma vez que o salário mínimo é um assunto de grande importância e a sua discussão não deve ser desligada da realidade do mercado de trabalho, na qual é, ou devia ser, incontornável a situação dos chamados “trabalhadores a recibos verdes”.

O aumento do salário mínimo nacional, sendo uma medida que consideramos positiva, não garante per si uma melhoria dos rendimentos da generalidade das famílias. Lamentavelmente as políticas que os sucessivos governos do PS têm levado a cabo, conduziram a um país de baixos salários, aproximando-se nos últimos anos o salário mínimo ao salário médio.

O Portugal de hoje, é um país de impostos de rico e salários de pobre.

Com o aumento para os 760 euros em 2023, e segundo alguns dados que têm vindo a público, o salário mínimo nacional pode ter passado a abranger mais de 25% da população.

Há ainda um dado evidente e preocupante, o aumento do salário mínimo nacional deixa de fora todos os trabalhadores que são hoje (e são muitos, sobretudo entre as gerações mais novas) obrigados a trabalhar a recibos verdes, porque lhes é recusado um contrato de trabalho - o que de acordo com a lei, em boa parte das situações, constitui uma ilegalidade.

A teia de contradições na legislação permite que o trabalho a recibos verdes se tenha tornado comum. A primeira contradição é que este ocorre sobretudo na Administração Pública, instituições sociais e meios de comunicação social.

Sr^o Presidente, sob a alçada deste município também se encontram alguns trabalhadores com vínculo precário, os quais também como os demais sofrem com o flagelo da Inflação, pelo que questionamos V^o Ex^o que nos diga, se, e quando irão os trabalhadores com vínculo precário receber os devidos aumentos salariais, na mesma e justa medida dos restantes trabalhadores da administração pública?

2- A direção do Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral tem desde o início do ano tentado agendar uma reunião de trabalho com o Executivo deste município, tendo estabelecido diversos contactos com a Ex^oa Secretária do Sr^o Presidente.

Por isso e dada a urgência dos assuntos, da importância que representa o Centro de Cultura e da sua escola de Música para este concelho, solicita-se que V^o Ex^o instrua a senhora secretária para que possa arranjar na sua agenda uma vaga, para essa reunião. Se for possível hoje que não seja amanhã.

Muito Obrigado.”

Proseguiu e apresentou a Moção “Por um SNS digno em Belmonte” que se transcreve integralmente.

“Por um SNS digno em Belmonte

No passado mês de Março a problemática da falta de médicos no centro de Saúde de Belmonte foi tema abordado na reunião de Câmara de Belmonte de 27 de Março tendo o Vereador do PSD José Mariano alertado para a perspectiva de nos próximos meses um dos médicos que presta serviços no concelho abandonar o posto.

Rumor esse confirmado pelo Srº Presidente, dando nota que não via ninguém do concelho preocupado com este problema, inclusive por parte de nenhum dos membros da Assembleia Municipal. A Câmara não tem competências nesta matéria, mas o Srº Presidente tem a responsabilidade política. Tem de Agir. Lamentamos ainda que este assunto tenha servido para colocar a responsabilidade num Belmontense que felizmente é reconhecido, e apreciado pela população dentro e fora do concelho, tendo ocupado funções importantes na área da Saúde.

Foi no dia seguinte emitido um comunicado a retificar o comentário do dia anterior, minimizando na medida do possível o impacto junto do visado, e junto da população que de pronto se tinha manifestado.

Pois bem, é obvio que perante mais esta péssima notícia de mais uma saída de um profissional de Saúde do nosso concelho, que já era deficitário existindo já um número muito significativo de habitantes sem Médico de Família, não pode a bancada do PSD deixar de se manifestar, bem como dar força a esta luta, apresentando a votação a seguinte moção:

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) atravessa hoje o seu pior momento desde que foi criado, no ano de 1979.

Hoje, há mais de um milhão de portugueses sem acesso a um médico de família, há milhares de pessoas que esperam e desesperam por uma consulta de especialidade, por uma cirurgia, por um simples exame complementar de diagnóstico.

A maioria da população tem receio de ficar doente e de não ter uma resposta a tempo e horas da parte do SNS. Os profissionais de saúde estão desmotivados, saem do SNS cansados e desesperados pela falta de incentivos, organização, coordenação, e de reconhecimento.

E tudo isto acontece numa altura em que temos a mais alta carga fiscal de sempre. Estamos a pagar mais impostos como nunca antes pagamos e, em troca, temos um SNS à beira do caos e sem rumo.

Também no concelho de Belmonte os nossos concidadãos estão a sofrer diariamente com a degradação acelerada e assustadora do SNS. A maioria das pessoas estão sem médico de família.

O Centro de Saúde de Belmonte funciona sem meios humanos e técnicos e o serviço de urgência dos Centros Hospitalares da Covilhã e da Guarda estão frequentemente superlotados.

A concentração de serviços, encerrando, para tal, várias Extensões de Saúde, levada a cabo pelos sucessivos governos, desconhecendo ou ignorando a realidade das freguesias e das suas gentes, não é a solução mais adequada e justa para uma população envelhecida e com problemas de mobilidade.

A Assembleia Municipal de Belmonte não pode assistir passivamente à deterioração do acesso à saúde no concelho e deve ter também um papel importante nesta matéria.

Assim, perante esta redução preocupante e inaceitável da prestação de cuidados de saúde por todo o concelho, afetando milhares de munícipes, a Assembleia Municipal de Belmonte delibera:

- Manifestar a sua preocupação pela degradação contínua do SNS e que está a prejudicar gravemente a população do concelho;

- Exigir a vinda de médicos de família para as Extensões de Saúde do concelho, de modo a que todos os Belmontenses tenham Médico de família.

- Exigir um Serviço de Atendimento Permanente (SAP) no Centro de Saúde, de qualidade, munido de meios técnicos e humanos que possibilite melhores condições de acesso à saúde e aliviando a afluência às urgências hospitalares;

- Solicitar uma reunião com o Senhor Ministro da Saúde, com a presença dos Senhores Presidentes da Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Junta de Freguesia e líderes de bancada.

Esta Moção deverá ser enviada para:

Presidente da República;

Primeiro-Ministro;

Ministro da Saúde;

Grupos Parlamentares;

Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;

Juntas de Freguesia”.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da Moção “Por um SNS digno em Belmonte” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor da Bancada do PS (10), da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), pelo que a Moção “Por um SNS digno em Belmonte” foi aprovada por **unanimidade** dos presentes na votação.*

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e referiu que a Bancada do Partido Socialista desconhecia o teor das várias Moções apresentadas na presente Sessão de Assembleia Municipal. Aludiu que a Bancada do Partido Socialista deveria ter tido previamente o conhecimento dessas mesmas Moções, a fim de serem analisadas.

Mencionou que na presente Sessão eram confrontados com as Moções da CDU, sobre vários assuntos que não tinham conhecimento, assim como do PSD, sendo que esta situação estava a ser muito recorrente de se estar a aprovar Moções, que em parte concordavam e que em outra parte poderiam não concordar, pelo que se deveriam analisar antes as mesmas.

Para terminar, asseverou que as Moções deveriam ter sido entregues previamente, a fim de terem sido analisadas por todos os elementos da bancada.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Sr. presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores deputados, senhor presidente de Câmara, Senhor Vice-Presidente, senhores vereadores, senhoras e senhores funcionários, senhoras e senhores jornalistas, caros concidadãos.

Esta é a semana em que comemorámos o Dia da Liberdade e da democracia. No passado ano, de 2022 salientei o discurso acerca da necessidade de respeitar todos, de construir com todos, de colocar de lado a miopia partidária e apoiar todas as propostas desde que tenham qualidade, independentemente do quadrante político de onde surjam, o que não se verificou efetivamente. Recordo aqui o mau contributo para o espírito de abril e da democracia, o voto contra do Partido Socialista, que impediu a transmissão online ou a descentralização das reuniões pelas freguesias. Lamenta-se que, pelo menos no 25 de Abril não se leve a Assembleia Municipal a cada uma das freguesias do concelho. A este propósito, Sr. Presidente, gostaria de lhe deixar uma pergunta. Tanto quanto sei, a Rádio Caria transmitiu em direto a sessão da Assembleia Municipal de dia 25 de abril. Sr. Presidente, foi perguntado aos intervenientes se autorizavam a captação de som?

Mas neste ano de 2023, ouvimos o Sr. Presidente da Assembleia Municipal reclamar mais autonomia administrativa e financeira da Assembleia Municipal. Sr. Presidente, pese embora vir tarde, é melhor tarde do que nunca se juntar a esta posição da bancada do PSD que, como sabe, a reclamamos desde final de 2021. Recordo aliás que em novembro desse ano solicitámos uma reunião extraordinária para debater alternativas de desenvolvimento do concelho, naquilo que seria um marco de afirmação de autonomia da Assembleia Municipal. Essa nossa intenção não foi aceite, como se recorda, mas com a sua nova posição abre-se uma esperança para que esta Assembleia Municipal seja mais autónoma e, dessa forma, desempenhe a sua função fiscalizadora de forma mais efetiva.

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Belmonte. Tanto quanto me foi dado a conhecer, uma das localidades deste concelho, as Olas, estão numa zona sombra, isto é, não está abrangida pela instalação da fibra ótica. Confirma essa informação? A ser

verdade, concorda? O que vai a Câmara Municipal de Belmonte fazer para inverter essa discriminação inaceitável?

Finalmente, Sr. Presidente, todos reparamos na longa ausência de um vereador. Os vereadores não são, ou não devem ser uma figura decorativa. O contributo de todos é importante. O período de ausência é superior a 30 dias, pelo que pode o próprio pedir a sua substituição. Pergunto-lhe se o fez ou se a Câmara Municipal de Belmonte vai tomar alguma diligência nesse sentido.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e informou o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD,) que não valia a pena estar a questioná-lo relativamente à transmissão em direto da Sessão da Assembleia Municipal do dia 25 de abril, pois não tinha sido ele a mandá-la fazer.

Asseverou que o Senhor Deputado António Marques, estava a ir por um caminho que não tinha discussão.

Relembrou também que tinha dito nessa Sessão da Assembleia Municipal em que o Senhor Deputado António Marques tinha falado que a Assembleia Municipal, tinha de ter autonomia financeira para gerir as suas iniciativas, sendo que não era o caso.

Seguidamente passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente esclareceu o Senhor Deputado, Humberto Barroso (PPD/PSD), que os problemas que tinham com os funcionários da Câmara Municipal, em que a sua situação ainda não estava regularizada, informou que a mesma iria ser regularizada durante este ano, assim como tem sido feito com muitos outros anteriormente.

Relativamente à Escola de Música, aludiu que quem mandava e quem agendava as suas reuniões era o próprio, pois não era o Senhor Deputado que lhe dizia quem é que deveria receber e quando o deveria fazer, uma vez que era ele próprio que tomava essa decisão.

Continuou aludindo que tinha o máximo de respeito pela Escola de Música, uma vez que tinha ajudado a fundar a mesma. Contudo, só a receberia quando achasse oportuno.

Em relação à falta de médicos e relativamente às intervenções feitas pelo Senhor Deputado Humberto Barroso, frisou que realmente existia a falta de médicos. Todavia, essa situação não era por culpa da Câmara Municipal, pois se bem se recordavam no tempo do António Rocha, Diretor do Centro de Saúde de Belmonte, havia sete/oito médicos, contudo eram outros tempos, pois havia médicos em todas as localidades do Concelho. Frisou que tinha muito orgulho nisso, pois tinha aberto postos médicos em todas as localidades do Concelho, sendo que agora estavam todos fechados com a exceção dos postos médicos de Belmonte e Caria.

Asseverou que não era a Câmara Municipal que tinha a obrigação de resolver essa situação, pelo que se atrevia a dizer que até achava curioso que ninguém falasse da falta de médicos no Concelho de Belmonte, uma vez que tanto falavam dos buracos das estradas. Contudo se não falavam da falta de médicos era porque não estavam muito preocupados.

Deu nota que tinha sido o Senhor Vereador da Câmara Municipal, José Mariano, a levantar a questão da falta de médicos, contudo o próprio continuava a manter aquilo que tinha dito em relação a esta situação.

Seguidamente, agradeceu ao Senhor Deputado Humberto Barroso as recomendações, assim como a Moção referente à saúde, a fim de se reunir com o Senhor Ministro. Contudo o mesmo não era necessário, tendo questionado se achavam que ainda ninguém tinha conversado com alguém, ou que ainda não tivessem feito nada, uma vez que eram do mesmo partido político. Aludiu que não era necessário andar com uma “campainha” a dizer o que já tinham feito.

Afirmou que têm sido feitos contactos que achava que deveriam ser feitos, nomeadamente com o Senhor Diretor da ACES da Cova da Beira, o Dr. António José dos Santos Silva, informando-o que havia uma médica interessada em vir para o Centro de Saúde de Belmonte. Pelo que estavam atentos e a tentar desenvolver tudo o que fosse necessário no sentido de resolver este problema. Logo, não era necessário a Moção, nem queria estar a incomodar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ou os membros da Assembleia Municipal para irem consigo a Lisboa, sendo que ele próprio iria as vezes que fossem necessárias.

Ao Senhor Deputado, António Marques (PPD/PSD), referiu que a Rádio Caria sempre tinha transmitido as Sessões do dia 25 e 26 de abril.

No que dizia respeito às transmissões on-line, mencionou que não queria divulgar a sua posição, uma vez que era um problema da Assembleia Municipal.

Deu conhecimento que no dia 25 de abril, não tinham pedido autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para se efetuar a transmissão da Sessão Solene, salientando que no dia 26 de abril, não lhe tinha de pedir autorização. Contudo frisou que no dia 25 de abril, tinham que ter pedido autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, assim como provavelmente aos elementos que usaram a palavra.

No que se referia às Olas e ao facto de a mesma não ter sido abrangida pela fibra ótica, lembrou que tinha vindo a empresa da Telecom gratuitamente a colocar a fibra ótica em todo o Concelho. Pelo que a empresa tinha feito o seu trabalho em 95% do território, havendo quintas que não a tinham, porque não tinham conseguido, uma vez que tinha custos exagerados. Tendo referenciado que as Olas ficavam de fora.

Relembrou que as Olas têm cerca de vinte habitantes, tendo de ficar de fora, pois a instalação da fibra ótica nas Olas custava vinte e tal mil euros. Contudo era obrigação do Município arranjar uma solução.

Asseverou que não tinha gostado quando o Senhor Deputado António Marques, tinha referido que era “inaceitável” que as Olas não tivessem fibra ótica, sem saber qual é que era a posição do Executivo. Era evidente que era inaceitável as Olas não terem a fibra ótica, mas que estavam a desenvolver esforços para o conseguirem. Até já tinham orçamentos de empresas para a sua instalação. Todavia, poderia haver alguma quinta que pudesse ficar para trás, contudo estavam a desenvolver todos os esforços.

Deu nota que o Senhor Presidente da Associação da Liga dos Amigos das Olas, lhe tinha solicitado o agendamento de uma reunião.

Relativamente ao Senhor Vereador ausente, informou que o mesmo tem enviado escrupulosamente justificações das suas faltas, nomeadamente atestados médicos. Aproveitando para lhe desejar as suas melhoras, esperando e conforme o mesmo lhe tinha comunicado, que no início de maio viria novamente para a Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, retomou novamente a palavra e informou o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD,) que o ele não tinha dois critérios para o mesmo assunto e que o Senhor Deputado, confundia o que dizia respeito às transmissões on-line das Sessões Solenes com as das Sessões de trabalho.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Luís Adolfo, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que era impossível a empresa não colocar fibra ótica nas Olas, pelo que, como Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, também se sentia solidário com as Olas, todavia, não se sentia solidário com as ameaças.

Informou que tinha andado no terreno das Olas com as empresas a fim de se encontrar uma solução, assim como tinha conversado bastantes vezes com o Senhor Eng.º Simões.

Mencionou que já se tinha uma solução sendo que a mesma tinha sido enviada para a Câmara Municipal e que pensa ser uma solução bastante válida.

Para finalizar referiu que essa solução abrangeria 99% das casas das Olas, tendo solicitado à Câmara Municipal a marcação de uma reunião com a maior brevidade possível.

O Senhor Deputado, José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos.

A minha intervenção tem uma vez mais relação com assuntos e documentos que já foram por nós abordados nesta assembleia e que parecem ter sido esquecidos pelo executivo municipal.

A nossa bancada tem vindo a dar voz aos nossos munícipes por via de problemas detetados cuja resolução tarda em chegar e que não poderão ser resolvidos por alegada falta de verba.

Há que priorizar.

1.ª) Crimes ambientais:

Levantámos nesta assembleia e alertámos para o lançamento de esgotos a céu aberto e até ao momento nada foi resolvido. Com o calor que tem havido, os cheiros nauseabundos proliferam pelo nosso Concelho, como é a título de exemplo a estação elevatória que se encontra perto da estação de caminho de ferro Belmonte-Manteigas que nunca funcionou por não haver ligação à ETAR de Caria.

Outra situação é que parte dos esgotos de Belmonte correm a céu aberto, sem qualquer tratamento para as linhas de água.

Os nossos municípios pretendem saber o que foi feito para a resolução destes e outros problemas por nós já identificados e que urge serem resolvidos.

O nosso Zêzere está a ficar zangado e um dia destes irá apresentar o assunto à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, com a apresentação de um documento que já se encontra redigido e devidamente documentado.

Gostaríamos que o senhor Presidente do executivo nos desse o ponto de situação quanto à resolução deste assunto?

2.ª) Incêndios florestais:

Estamos numa Primavera com temperaturas elevadas e avizinha-se um verão quente e um trabalho intenso em termos de resposta aos incêndios, já que na prevenção nada foi feito.

Relembramos que o Município recebeu 180 000€ para limpeza de terrenos e desmatção florestal.

Qual o ponto de situação relativamente a este assunto?

Infelizmente no verão passado houve cidadãos que perderam os seus bens e tiveram danos pessoais, como queimaduras e problemas daí resultantes.

Pretendemos saber como foram ajudadas essas pessoas?”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e esclareceu o Senhor Deputado, José Alves (PPD/PSD), que relativamente aos esgotos a céu aberto a estação elevatória da Estação de Belmonte estava dependente das Águas do Vale do Tejo. Todavia, essa empresa tinha um novo Conselho de Administração, pelo que ele tinha um bom relacionamento com o atual presidente, esperando assim resolver esse problema assim como os outros.

Em relação aos incêndios, frisou que era claro que as pessoas tinham sido ajudadas. Asseverou que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, tinha ajudado muito aquela família que tinha perdido a casa. Aludiu

que se tinham disponibilizado para ajudarem em tudo o que fosse preciso, assim como também tinham ajudado em todas as crises que tinham existido no concelho em outras áreas.

Relativamente ao dinheiro, informou que os 180.000,00€ (cento e oitenta mil euros), seriam para fazer, nomeadamente, a limpeza dos rios, a desmatção e a manutenção dos caminhos florestais.

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Vou começar pelos fogos em Colmeal da Torre, o Sr. Presidente, acabou de dizer que está a ser feito o trabalho, quero saber, quanto é que já foi gasto pela Câmara na limpeza causada pelos fogos em Colmeal da Torre.

As obras do Jardim-de-Infância em Colmeal da Torre, continuam paradas e paradinhas, com muitas promessas que elas arrancam, e nada, estamos à beira do final do ano letivo e, num instante chega o próximo, e as obras nunca mais começam. Peço ao Sr. Presidente da Câmara, algum esclarecimento, sobre este assunto.

Sobre as festas do concelho, passamos do 8 para o 80, ou seja, o ano passado com a prata da casa, este ano com um cartaz de luxo. Perguntou ainda, qual o valor gasto nestas festas do concelho.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e questionou o Senhor Deputado, Carlos Gomes (PPD/PSD), quais é que eram as obras que estavam paradas?

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), retomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Já lá estão os miúdos na antiga escola? Que eu saiba eles ainda estão na sala da Junta de Freguesia. As crianças não têm condições para estar na sala da Junta de Freguesia, pois aqui não tem pátio de recreio, não tem uma sala de refeições condigna. O Sr. Presidente fala, mas não sabe, porque no outro edifício até tinham bicicletas e triciclos, na Junta de Freguesia, não têm nada disso.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou novamente a palavra e relativamente aos custos das Festas do Concelho, frisou que os mesmos eram públicos, sendo que os contratos abaixo dos cinco mil euros, como era o caso do DJ Bruno de Carvalho, não era preciso estarem no Base. Gov., todavia não era ele que tratava desse assunto.

Seguidamente questionou o Senhor Deputado, Carlos Gomes (PPD/PSD), qual tinha sido a receita do Bar da Coletividade do Colmeal da Torre, nas festas do concelho.

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), retomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Isso não me cabe a mim dizer-lhe a receita do bar, isso terá de perguntar ao Presidente do Centro Cultural, que nem ele ainda sabe a receita.”

O Senhor Deputado Luís Almeida (PS), tomou a palavra e referiu que gostava de fazer um esclarecimento. Aludiu que a Bancada do Partido Socialista nada tinha contra a apresentação de Moções. Contudo no seu entender e conforme o já referenciado anteriormente as Moções deveriam ter passado pela Comissão Permanente, a fim de serem discutidas e posteriormente e de acordo com o que dizia o artigo 20, n.º 5 do Regimento que juntamente com a ordem de trabalhos deveriam ir todos os documentos que habilitassem os Membros da Assembleia Municipal a participar na discussão das matérias dela constante. Logo não eram contra as Moções, antes pelo contrário, pois também gostariam de dar o seu contributo, uma vez que eram expostos assuntos transversais e que lhes também dizia respeito. Pelo que queriam primeiro analisar o documento, a fim de posteriormente darem o seu contributo.

Proseguiu mencionando que outro assunto que gostaria de trazer era o facto da Bancada do Partido Socialista, se associar aos Votos de Pesar que tinham sido aprovados por unanimidade pelo Executivo Municipal na Reunião pública da Câmara Municipal, ao Senhor Zequinha de Belmonte e à D. Estelinha Pereira de Caria.

Seguidamente recordou que em setembro de 2020, Belmonte tinha concorrido ao concurso e ganhou uma das “7 Maravilhas de Portugal”, tendo o Presidente do Júri demonstrado que 2020 “a força da cultura popular portuguesa, mas também a força que tem hoje a marca 7 Maravilhas, enquanto fator aglutinador dos grandes valores da nossa identidade nacional”. Salientou que por vezes criticávamos o que tínhamos de bom e depois não valorizávamos aquilo que tínhamos. Isto para dizer que passados três anos o Museu dos Descobrimentos de Belmonte tinha vencido o Prémio Cinco Estrelas, Regiões 2023.

Referiu ainda que para chegar às marcas vencedoras, estiveram envolvidos 436.000 consumidores, que avaliaram mais de 900 marcas, através da metodologia do Prémio Cinco Estrelas. Destas, apenas 116 conseguiram provar a sua excelência e conquistar o Prémio, sendo 41 do centro do país. Pelo que nos devíamos sentir orgulhosos, pois por vezes não valorizávamos aquilo que tínhamos.

Em seu nome e da Bancada do Partido Socialista, agradeceu a todos aqueles que tinham votado, que tinham contribuído e que contribuem para que a marca Belmonte continuasse a ser um destino de excelência, não só da nossa região, como também do nosso país.

Para terminar, e sabendo que não era unânime, deu os parabéns pela realização das festas do concelho de Belmonte, uma vez que as mesmas tiveram o brilhantismo que deveriam ter dentro do que tinha sido programado. Deixou também o seu

agradecimento a todos aqueles que se tinham empenhado para que tudo corresse bem, e que uma vez mais o dia do Município fosse festejado condignamente.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação dos Votos de Pesar através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 votos a favor da Bancada do PS (10), da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), pelo que os Votos de Pesar foram aprovados por **unanimidade** dos presentes na votação.*

A Senhora Deputada, Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Sendo o tema das transmissões online das sessões desta Assembleia uma reivindicação da nossa bancada e após uma série de episódios, que culminou com a aprovação das transmissões online, com 6 votos contra, 2 abstenções e 11 votos a favor no dia 31/09/2022, com a não aprovação do regulamento dessas mesmas transmissões no dia 19/12/2022 e tendo o senhor Presidente da Assembleia renovado na sessão de 24/02/2023 após a minha intervenção que e passo a citar “não haveria transmissões online das sessões da Assembleia Municipal uma vez que o regulamento não tinha sido aprovado, fim de citação” demos conta no sítio visit ponto Belmonte do streaming em direto da Sessão Solene da Assembleia Municipal de Belmonte comemorativa do 25 de abril. Assim sendo e consultando a lei número 75 de 2013 que sustenta pelo artigo 30º, 27º 28º as convocatórias enviadas para a realização das sessões ordinárias e extraordinárias (inclusive a de dia 25) questionamos qual o critério que serviu de base ao senhor Presidente para permitir a Transmissão desta sessão e não o fazer em outras sessões extraordinárias já realizadas e em todas as ordinárias?

Que regulamento sustentou esta Transmissão? Como é que agora se justifica o Sr. Presidente perante esta assembleia e perante os nossos munícipes da não Transmissão de todas as sessões desta Assembleia?

Parabenizar o executivo pela realização das festas do concelho, embora todas elas tenham infelizmente tido lugar na sede de concelho, data que devemos sempre celebrar.

Gostos à parte enquanto programa, gostaria de questionar o executivo, perguntando o que mudou nas contas do município de uns meses a esta parte, pois em 2022 foram as festividades e muito bem realizadas por artistas da terra, não ouve verba para apoiar as coletividades, não ouve verba para a iluminação de Natal, o que mudou???

Aproveito ainda a oportunidade para questionar o andamento do processo para a construção do pavilhão gimnodesportivo na sede do agrupamento Pedro Álvares

Cabral, obra importante para a comunidade escolar, lembrando que devido às festas do concelho os alunos se têm visto privados da prática desportiva.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e esclareceu a Senhora Deputada, Telma Matos (PPD/PSD), que relativamente às transmissões on-line não iria tecer comentários como já o tinha referido anteriormente.

Agradeceu as palavras da Senhora Deputada, Telma Matos dirigidas ao Executivo Municipal.

Seguidamente aludiu que lhe metia alguma confusão, o perguntarem-lhe o porquê de as festas do Concelho de Belmonte serem só realizadas em Belmonte, tendo questionado onde é que era comemorado o dia do Concelho da Covilhã? No Tortosendo ou em alguma das freguesias da Covilhã? E o dia da Guarda? Onde é que era comemorado? Era na cidade da Guarda, por isso não via nada de extraordinário o nosso ser em Belmonte!

Asseverou que a alvorada do dia 26 de abril, tinha sido fraquinha tanto em Caria como em Belmonte e que a única participação que o Município tinha feito, foi o pagar alguns euros para haver alvorada em Caria, sendo que o resto dos festejos tinha sido a Junta de Freguesia de Caria a organizar com a Banda Filarmónica de Caria.

Mencionou que o Município não tinha condições para fazer festas generalizadas por todo o Concelho.

Referiu que nas Festas do Concelho do ano transato tinham optado pela “prata da casa”, por ainda terem receio da pandemia sendo que este ano também se tinha como objetivo a promoção do concelho de Belmonte e quem tinha andado por Belmonte nestes últimos dias tinha visto que houve muitos visitantes que passaram por cá. Dando ainda nota que os restaurantes e os alojamentos, tinham estado cheios.

Aludiu que de uma maneira geral as festas tinham corrido bem, sendo que era pretensão do Município manter este nível caso houvesse possibilidades financeiras.

Relativamente ao processo de construção do pavilhão gimnodesportivo, deu conhecimento que um Membro do Governo o tinha questionado sobre a distância entre a escola e o gimnodesportivo? Há quantos anos iam os alunos da escola para lá? Quantos acidentes tinham existido? Tendo o mesmo lhe dito que fizesse as obras na escola, a fim de se darem condições aos alunos para terem boas salas de aulas.

Referiu que iria tentar ver com o Membro do Governo se apoiava as duas situações.

Mencionou que neste momento estava uma equipa de engenharia a ver como é que se encontravam os pavilhões da escola, uma vez que os mesmos já tinham bastantes anos.

Para terminar, referiu que esperava vir a ter esse apoio, uma vez que o mesmo era financiado a 100%.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e referiu que para terminar este ponto da Ordem de Trabalhos, gostaria de transmitir à Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), que não iria acrescentar mais nada ao que já tinha referido anteriormente relativamente às transmissões on-line, uma vez que esse assunto já se encontrava resolvido/esclarecido, mas que a sua opinião ficaria registada.

Ao Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD) e em relação à Moção apresentada, onde solicitava que a Assembleia Municipal solicitasse uma reunião com o Ministério da Saúde, informou que a Assembleia Municipal não iria solicitar essa audiência uma vez que era da competência do Executivo Municipal pelo que se o Senhor Presidente da Câmara achasse por bem fazê-lo e que deveria ir alguém da Assembleia Municipal, estaria disponível, todavia também poderia não ser ele a ir, mas sim algum outro Membro da Assembleia Municipal, nomeadamente o Senhor Deputado Humberto Barroso.

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação e votação das atas das Sessões de 24/02/2023 e de 24/03/2023

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou se os membros da Assembleia Municipal, propunham alguma alteração à ata da Sessão de 24/02/2023.

Não havendo alterações à ata da Sessão de 24/02/2023, passou-se à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação, a Assembleia Municipal deliberou com **18** votos a favor, da Bancada do PS (9), da Bancada da PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1) e **1** abstenção do Senhor Deputado João André Botão dos Santos (PS), por não ter estado presente na Sessão, ficando assim aprovada por **maioria** dos presentes, a ata de 24 de fevereiro de 2023.*

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou se os membros da Assembleia Municipal propunham alguma alteração à ata da Sessão de 24/03/2023.

Não havendo alterações à ata da Sessão de 24/03/2023, passou-se à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação, a Assembleia Municipal deliberou com **18** votos a favor, da Bancada do PS (10), da Bancada da PPD/PSD (7) e da Bancada da CDU (1) e **1** abstenção da Senhora Deputada Telma Alexandra Nave Neves de Matos (PD/PSD), por não ter estado presentes na Sessão, ficando assim aprovada por **maioria** dos presentes, a ata de 24 de março de 2023.*

3.2 - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou não ter nada a acrescentar à informação apresentada.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, do que é que se estava a fazer em relação ao Posto da GNR de Caria. Se o mesmo se iria manter aberto, e se os horários estavam a ser reduzidos. Tendo asseverado que da outra vez tinha começado assim.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou a Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), que tinham conhecimento que havia um jovem GNR dos Três Povos que gostava muito de ir para o Posto da GNR de Caria, ou para o Posto da GNR de Belmonte e que ele lhe tinha dito que fosse para o Posto da GNR de Caria.

Proseguiu mencionando que não gostava de ser desagradável, mas que a GNR não estava a cumprir com o que tinha sido estipulado. Todavia, tinham uma excelente relação com o Senhor Coronel/Comandante Distrital, com o Senhor Comandante da Covilhã e com o Senhor Comandante de Belmonte. Sabiam que os horários não estavam a ser cumpridos, pelo que já tinham reportado essa situação.

Informou ainda que o Senhor Coronel, tinha transmitido ao seu Chefe de Gabinete, que desconhecia que não estava a ser cumprido com o que tinha sido estipulado, pelo que o mesmo pensava vir a ter mais homens.

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Tenho uma questão muito breve, aqui nesta Assembleia, em resposta a um munícipe, o Sr. Vice-presidente da Câmara, e sobre as obras da estrada norte de Malpique, disse e faço a citar “que as mesmas já deviam ser sido iniciadas, houve um atraso do empreiteiro” fim de citação, ora isto foi já foi a 30 de setembro do ano passado, a minha pergunta é se o empreiteiro não tem prazo para cumprir a obra? Para quando o começo da obra e qual é o prazo para a obra terminar.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou o Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), que o empreiteiro tinha comunicado que iria iniciar as obras no mês de maio, pelo que assim esperava, pois era uma necessidade absoluta.

Aludiu que para si havia duas estradas prioritárias que era a estrada de Malpique e a estrada do Monte do Bispo.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“O Sr. Presidente da CMB informa que a área de acolhimento empresarial foi adida por incapacidade de cumprir prazos de execução. Diz também que o contrato de empreitada foi resolvido. Sr. Presidente, pode explicar melhor a esta Assembleia o que se passou? Qual o custo de resolução desse contrato?”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que a obra da área de acolhimento empresarial estava adjudicada e que tinha financiamento. Contudo a obra tinha de estar finalizada em dezembro de 2023, pois caso não estivesse teriam de devolver as verbas, pelo que o mesmo era impraticável.

Asseverou que era uma obra fundamental e que era bom que se chamasse de Parque Empresarial do Concelho de Belmonte.

Aludiu que conforme tinha referenciado o Senhor Deputado António Marques, a obra estava adjudicada, logo a empresa poderia pedir uma indemnização. Situação que felizmente não tinha acontecido, pois a empresa não tinha querido. Sendo que apenas tinha solicitado ao Município que suportasse os custos da caução, tendo em conta o valor da obra. Pelo que deu conhecimento que apenas se tinha pago os custos com a celebração do contrato, custos com o capital garantido (garantia bancária) e custos administrativos com a elaboração da proposta.

Para terminar, referiu que esperava colocar este processo no 2030, estando-se a fazer alterações inerentes ao aumento dos custos dos materiais.

3.3 – Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência de 2022 da EMPDS – Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 21 de abril de 2023, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“A.3.3.) EMPDS – EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, EM – RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA 2022

Foi presente o “Relatório de Gestão & Documentos de Prestação de Contas” referentes ao ano de 2022, bem como o “Relatório e Parecer do Fiscal Único” da EMPDS Belmonte, EM, nos termos das alíneas j) do n.º 6 do artigo 25º e d) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012, de 31/08. Atendendo a que, nos termos da al. e) do artigo 9º dos Estatutos da EMPDS Belmonte, EM, incumbe à Câmara Municipal, aprovar “o relatório do Conselho de Administração, as contas do exercício e a proposta de aplicação dos resultados, bem como o parecer do fiscal único.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, tomou a palavra e referiu que ainda não era o relatório que queriam, e que desejavam.

Asseverou que com base neste relatório, ficava mais otimista em relação ao futuro, pois tinha solicitado para o informarem do desempenho dos museus nos três primeiros meses do ano (janeiro, fevereiro e março) tendo havido um aumento na ordem dos quarenta e tal por cento em relação ao ano transato em relação às visitas e faturação.

Deu nota ainda de ter conhecimento que o mês de abril tem sido um mês extraordinário, em termos de visitantes.

Aludiu ainda, que continuavam a chegar reflexos do bom serviço em geral dos funcionários.

Referiu também que da conversa que tinha tido com a Administração, os mesmos também estavam muito otimistas, pois o ano 2022 já tinha sido melhor que o ano 2021, esperando assim que o ano 2023 fosse substancialmente melhor.

Por fim, deu conhecimento que o Museu dos Descobrimentos tinha vencido o Prémio Cinco Estrelas, um prémio que tinha como objetivo avaliar marcas e reconhecer o que de melhor se fazia de Norte a Sul de Portugal. Sendo que para se chegar às marcas vencedoras, tinham estado envolvidas 436.000 consumidores.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Em relação ao relatório de contas da Empresa Municipal, como todos têm conhecimento da minha posição sobre esta Empresa que se o poder fosse meu, extinguia. Após análise da conta de gerência, concluo que se continua a justificar muito o assunto com a pandemia, mas os resultados apresentados dão uma subida significativa de receita, mas também se nota uma subida brutal da despesa. Assim apresenta um resultado negativo ainda superior aos anos da pandemia, cerca de 111 mil euros. O meu voto só não é contra por respeito aos trabalhadores que lutam diariamente pela Empresa e que também são conhecidos, por tudo isto a minha abstenção.”

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal de Belmonte, deliberou, com os votos favoráveis do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e do Senhor Vereador José Mariano e a abstenção do Senhor Vereador Carlos Afonso, nos termos do artigo 16º e para os efeitos constantes do artigo 44º do RJAEL, aprovar o Relatório e Conta de Gerência, referentes ao ano de 2022, bem como submeter à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 24 de abril de 2023. -----

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Exmos. Senhores Autarcas

Exmos. Senhores Municípes

Exmª. Comunicação Social

Vem a Empresa Municipal apresentar nesta Assembleia Municipal o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício encerrado com data de 31 de dezembro de 2022.

Passados que foram os anos da pandemia, 2020 e 2021, esperava-se que o ano de 2022 fosse o ano da retoma, conforme consta do plano de atividades e Orçamento também aqui apresentado, o que efetivamente não veio a acontecer, pese embora o aumento do fluxo turístico que se verificou no país. Talvez os nossos museus necessitem de nova dinâmica e novos conteúdos que potenciem a vontade de os visitar.

Passados que são quase vinte anos sobre a existência da Empresa Municipal, constatamos com mágoa que em nada diversificou a sua atividade de maneira a atenuar os resultados negativos que tem vindo sucessivamente a apresentar.

No ano de 2020 a Empresa Municipal apresentou um resultado negativo de 98 990,13 euros.

No ano de 2021 apresentou um resultado negativo de 103 100, 34 euros.

No ano de 2022 apresentou um resultado negativo de 111 691,82 euros.

Resultados negativos que têm vindo a ser suportados pela Câmara Municipal, através de transferências para cobertura de prejuízos que atingiram nestes últimos três anos o montante de 313 782, 29 euros. Não fossem as transferências do Sócio único e os trabalhadores da Empresa, há muito que não receberiam os seus salários.

Se nos debruçarmos mesmo que superficialmente sobre a Demonstração dos Resultados constatamos que o valor das Vendas e Serviços Prestados somam 231 942,46 euro; sendo os custos com pessoal de 287 988, 73 euros, facilmente se entende o défice de mais de cento e onze mil euros apresentado pelas contas da Empresa no exercício de 2022 e de mais de 313 000,00 euros nos últimos três anos.

Não suportando a Empresa Municipal custos com água, energia, aquecimento, despesas de conservação e reparação, nem tão pouco amortizações dos Ativos Fixos Tangíveis, não poderemos nunca avaliar com rigor os resultados da exploração da Empresa, que não seriam obviamente daquele montante, mas muito mais avultados.

Sendo a única atividade da empresa a administração do funcionamento dos museus, pensamos que seria de toda a conveniência integrar tais serviços diretamente na dependência do Executivo Municipal, permitindo assim aglutinar sinergias e libertar a Empresa dos custos com um Conselho de Administração.

Solução, aliás que temos vindo a defender desde há muito.

Solicitamos pois a V. Ex^a. Senhor Presidente que pondere uma solução para a Empresa Municipal.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua declaração de voto que se transcreve integralmente.

“Declaração de Voto

Relatório e Conta de Gerência 2022 da EMPDS

As contas apresentam resultados líquidos de 111 mil euros, somando aos prejuízos registados em 2021, somam já 221 mil euros, o que não é de estranhar.

Evidentemente, não ignoramos o impacto do que aconteceu em 2020-2021, e o deflagrar da guerra em 2022, mas a verdade é que a recuperação pura e simplesmente não aconteceu.

Esta situação exigirá mais esforço por parte da Câmara Municipal, único acionista, ou seja, de todo nós, num quadro, em que já não foi capaz de cumprir com a transferência das verbas, que estavam orçamentadas a título de subsídios à exploração, os quais ainda assim, não seriam suficientes para evitar resultados negativos.

É por isso uma situação preocupante.

Porém, como a CDU tem dito, mais do que o resultado, ao qual não somos indiferentes, a nossa opinião perante esta empresa mantém-se: defendemos a sua dissolução e a internalização destas atividades e dos seus trabalhadores, e não colaboradores, como refere o Relatório, na Câmara.

Por isso votamos contra.”

A Senhora Deputada Patrícia Eusébio (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Após intervenção do camarada Luís António, a qual subscrevo inteiramente, e da análise criteriosa, coerente e consistente feita aos documentos de prestação de contas da EMPDS - Empresa Municipal relativas ao exercício económico de 2022, aprovados por maioria no Executivo Municipal, e em consequência do parecer emitido pelo ROC, outro voto não nos será possível, senão o voto favorável.

Ainda assim, é nosso dever, dizer que estamos atentos e manifestar alguma preocupação sobre o desenvolvimento da atividade da Empresa Municipal, nomeadamente, porque talvez seja hora de pautar o trabalho desenvolvido, afinar procedimentos e analisar alternativas que visem a melhoria dos resultados económicos, mas acima de tudo a concretização dos objetivos assumidos aquando da sua constituição.

Continuamos a reafirmar a necessidade da existência da Empresa Municipal, como entidade necessária e imprescindível à prossecução do interesse público municipal, vertido nos seus estatutos e respetivo objeto social que conduziu à sua constituição.

A previsão divulgada pela Empresa Municipal para o ano económico de 2022 afasta-se da sua execução real, a receita prevista ficou aquém da realizada e a despesa real cresceu em relação à prevista e ao ano económico de 2021, o que se veio a traduzir posteriormente num resultado final negativo, que se não for trabalhado no imediato pode ser comprometedor de resultados futuros.

O Município de Belmonte é sócio único e responsável pela nomeação política do Conselho de Administração da Empresa Municipal, bem como responsável pela aprovação da estratégia a desenvolver ao longo de cada ano económico, em articulação direta com a estratégia municipal e respetivas prioridades, sem esquecer a

sustentabilidade económica da própria empresa, pelo que nos parece imperativo, a necessidade de redesenhar a estratégia da Empresa Municipal.

A Empresa Municipal assume a gestão de espaços museológicos espalhados no concelho de valor inestimável. A Empresa Municipal está dotada de valiosos recursos humanos, que podem ter uma palavra a dizer sobre a estratégia a desenvolver. Os comerciantes devem ser auscultados e perceber se a atuação da Empresa Municipal vai ao seu encontro. As atividades a desenvolver devem ser devidamente promovidas junto de todos para que cheguem a um maior número de pessoas.

É imprescindível que se reorganize a atividade da Empresa Municipal para que possamos a par dos concelhos vizinhos aproveitar a retoma económica destes pós pandemia e canalizá-la em recursos suficientes para inverter os resultados económicos observados nos últimos anos.

Acauteladas que estão as nossas reservas, continuaremos assim, coerentes com os princípios que assumimos, nomeadamente na defesa dos valores da integridade e transparência na aplicação dos recursos públicos, na defesa dos valores da cidadania e dos munícipes do Concelho de Belmonte.”

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Relativamente a este ponto e tendo em conta os prejuízos recorrentes ano após ano desta EPSM – Empresa Municipal, apresenta os resultados líquidos negativos cada vez maiores.

Esta situação tem de parar pois é o nosso dinheiro de contribuintes que está a manter esta situação.

Espero que não estejamos a alimentar outra TAP, onde todos sabemos que está mal e nada fazemos para corrigir esta situação.

Senhor Presidente do Executivo, o que pretende fazer para corrigir esta situação?”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A Empresa Municipal de Belmonte defende o bom desenvolvimento de uma política cultural assente numa estrutura consolidada, evidenciando a preservação do património cultural, entretenimento e empreendedorismo.

Prestação. Considerando que a Empresa Municipal aprovou na sua reunião a proposta relativa à prestação de contas do ano de 2022;

Na mesma reunião foi igualmente aprovada a proposta relativa ao Relatório de Gestão ano 2022.

Pensamos que estes documentos espelham a verdade de um ano particularmente difícil, mas em que houve capacidade para enfrentar os muitos desafios com que estivemos, de facto confrontados.

Houve, apesar das dificuldades, capacidade para gerir as questões associadas à pandemia, e as consequências que elas tiveram na atividade, tendo-se adotado uma postura, na gestão que permitiu garantir aquilo que é essencial.

As demonstrações financeiras encontram-se em conformidade com as disposições legais e estatutárias e estão preparadas, em todos os aspetos materiais com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades adotada em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Assim votamos a favor dos documentos apresentados de Prestação de Contas da Empresa Municipal referentes ao exercício económico de 2022.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e esclareceu o Senhor Deputado, José Alves (PPD/PSD), que o mesmo se encontrava enganado, pois não era uma empresa que recorrentemente ou ano após ano dava prejuízo, uma vez que a empresa em questão já tinha vinte e dois anos e que só tinha dado prejuízo nestes três anos. Todavia se ao quarto ano desse prejuízo teria de terminar, conforme e o que dizia a Lei. Contudo estavam confiantes, pois os dados que tinham dos primeiros meses de 2023, eram muito positivos, sendo que o mês de abril estava a ter muitos visitantes. Pelo que esperava assim ver o resultado.

Deu conhecimento que no final do mês de maio, dia 22 ou dia 29, irá ser apresentado o Plano de Revitalização Turística. Esperando que esse plano ajudasse o Conselho de Administração da Empresa Municipal, a rever alguma estratégia de turismo do nosso Concelho.

Ao Senhor Deputado, Acácio Dias (PPD/PSD), e relativamente à renovação dos Museus, frisou que o mesmo tinha razão, sendo que o Município iria apresentar candidaturas ao 2030.

Informou que esperava, ainda este ano, arranjar o telhado do Ecomuseu do Zêzere e que o Município iria apresentar candidaturas para o Museu dos Descobrimentos, para o Ecomuseu do Zêzere e para o Castelo.

Asseverou que estava confiante que a situação iria melhor, pois as pessoas iriam deixar de ter medo e voltariam a visitar mais.

Para terminar referiu que tinha sido uma mais-valia o prémio ganho pelo Museu dos Descobrimentos.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Relatório e Conta de Gerência de 2022 da EMPDS – Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **9** votos contra da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), **0** abstenções e **10** votos a favor da Bancada do PS (10), pelo que o “Relatório e Conta de Gerência de 2022 da EMPDS – Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM” foi aprovado por **maioria** dos presentes na votação.

3.4 – Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência de 2022 do Município de Belmonte

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----
----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 21 de abril de 2023, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“A.3.4.) MUNICÍPIO DE BELMONTE - RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA 2022

Foi presente o Relatório de Gestão e Conta de Gerência referente ao ano de 2022, sobre o qual foram tecidas algumas considerações e prestados alguns esclarecimentos sobre a referida conta.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. Paulo Borralhinho, tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Relativamente à Conta de Gerência do Ano de 2022, tal como afirmado no início do ano e deste mandato, sabíamos que grandes desafios nos esperavam, qual o caminho a seguir e tem sido esse percurso que temos seguido.

Chegamos ao final de 2022 e conforme evidenciado nas contas, o Município encontra-se substancialmente melhor, mantendo, no entanto, alguns constrangimentos orçamentais que esperamos no final de 2023 ver completamente debelados.

Sabemos que 2023 está a ser um ano desafiante e que continuará a não ser fácil, no entanto este Executivo mantém-se confiante e irá manter esta linha de atuação de modo a atingir os objetivos delineados de recuperação financeira.”

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e apresentou a sua declaração de voto que se transcreve integralmente.

“Declaração de voto

Em relação ao Relatório de Atividade e Relatório de Contas relativo ao ano de 2022, foi apresentado um documento bem elaborado, onde é possível ver as várias atividades que foram desenvolvidas no decorrer do ano. Estas na sua grande maioria decorrem das obrigações a que o município está obrigado, aqui não existe qualquer dúvida, podemos sim questionar se a forma de fazer é a mais adequada, em particular na gestão dos recursos humanos.

Nesta rubrica tivemos uma subida de custos no valor de cerca de 150 mil euros, num valor total de 2 647 923,00 euros, verba justificável com a subida salarial de 2022, aqui deixo as minhas dúvidas se este investimento em recursos humanos está a ser minimamente rentabilizado, o que me parece que não e até considero que é uma lacuna grave desta gestão, que urge resolver.

Também se pode ver ao nível de execução orçamental que esta anda na ordem dos 85% cumprindo assim o exigido pela lei.

Em relação ao equilíbrio orçamental na relação receitas despesas, as receitas foram superiores em cerca de 600 mil euros relativamente às despesas. Nos impostos diretos tivemos uma subida de mais de 200 mil euros, que facilmente descobrimos de onde esta veio do IMI. Na venda de bens e serviços também tivemos uma subida com alguma substância, 259 594,00 euros.

Quero referir que neste momento o município de Belmonte, cumpriu com a sua obrigação decorrente do excesso de endividamento referente aos anos anteriores, reduzindo à dívida o montante de 377 099,00 euros, bem melhor que o ultrapassar a dívida em anos anteriores. De uma dívida de 10 133 059,00 euros em 2021. Temos em 31 de Dezembro de 2022, um total de dívida de 9 755 960,00, esta redução não chega, mas o caminho é por aí.

Depois destas considerações e porque o meu objetivo neste executivo como o afirmei desde o início de mandato, é dar o meu contributo para encontrar as melhores soluções, mas não poderei votar este documento favoravelmente porque em relação ao seu enquadramento de gestão política não me identifico com ele; assim o meu voto só pode ser a abstenção.”

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal de Belmonte, deliberou, com os votos favoráveis do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e do Senhor Vereador José Mariano e a

abstenção do Senhor Vereador Carlos Afonso, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 76º da Lei 73/2013, aprovar os documentos do Relatório de Gestão e Conta de Gerência 2022, bem como submeter à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 24 de abril de 2023. -----

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Foi presente a esta Assembleia Municipal o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício encerrado com data de 31 de dezembro de 2022. Pese embora à escassez de tempo para a sua análise pormenorizada, devido ao seu envio tardio, e à necessidade dos membros da Assembleia se fazerem representar nas comemorações do dia 25 e abril das festas do concelho.

Debruçando-nos sobre as mesmas, vamos salientar alguns números que nos merecem maior reparo.

O ativo não corrente do Município passou de 31 483 485,00 euros, para 31 997 088,00 euros, mas estes ativos são património que o Município não pode alienar e portando realizar qualquer valor. São o património público.

Já os Ativos Correntes passaram de 1 701 489,00 euros, para 2 217 633,00 euros; um aumento de cerca de 516 000,00 euros. São estes os valores realizáveis ou cobráveis que o município pode arrecadar. Mas também aqui nos cria alguma preocupação, pois constatamos que possivelmente o município tem tido algumas dificuldades de cobrança perante os seus devedores.

Relativamente ao Passivo Corrente no valor 2 342 105,00 euros, houve uma diminuição de cerca de 153 000,00 euros, o que saudamos, pois mostra uma tendência de pagamento mais atempado aos seus fornecedores.

Já no que se refere ao Passivo não Corrente, no valor de 9 936 855,00 euros, houve um aumento de cerca de 1 430 000,00 euros, o que reflete atos de gestão de diferimento da dívida a pagar. Concluimos, portanto, que o Passivo Total do município, passou de 11 002 218,02 euros em 2021, para 12 278 960,72 euros em 2022.

No que se refere aos Resultados líquidos do exercício, continuam a ser apresentados prejuízos, que no ano de 2022 ascenderam a 714 265,76 euros o que vem reduzindo sucessivamente o Património Líquido do Município. Salienta-se, no entanto, o fato de os Gastos de Depreciação e Amortização ascenderem a 1 704 797,00 euros. Pesem embora os prejuízos, fica ainda um saldo de meios libertos de cerca de um milhão de euros. Assim não fora e as dificuldades de tesouraria seriam ainda mais gravosas.

Passando à análise da Demonstração dos Resultados por Natureza, constatamos o seguinte:

Na rubrica Impostos Contribuições e Taxas, houve um aumento de 260 000,00 euros, o que representa um acréscimo de cerca de 29% no valor cobrado aos munícipes.

No que se refere ao valor das transferências e subsídios correntes, houve um aumento unicamente de 193 300,00 euros representando um aumento de cerca de 3,8%, sinal de que o estado transfere competências para as autarquias, mas esquece a transferência dos fundos necessários à realização das mesmas.

Surgem-nos algumas dúvidas e para melhor compreensão da conta de resultados solicita-se esclarecimento pormenorizado da verba inscrita no valor de 357 272,59 na rubrica Outros Rendimentos.

Quanto às despesas com pessoal, no valor de 2 631 446,00 euros, representam 50% do valor das transferências correntes, o que significa que se impõe uma adequada gestão dos recursos humanos de maneira que o valor pago com remunerações não seja um encargo para o município, mas sim um investimento gerador de riqueza.

Em conclusão, verificamos que as contas que nos são apresentadas refletem uma gestão dos recursos que o poder central transfere para o Município, sem que exista a preocupação de o projetar para o futuro e potenciar a fixação de pessoas e consequentemente de novos serviços e novas indústrias.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua Declaração de Voto que se transcreve integralmente.

“Declaração de Voto

Relatório e Conta de Gerência 2022 do Município

Conforme temos assinalado, qualquer análise e votação do ponto “Relatório e Conta de Gerência de 2022 do Município” não pode estar desligada da discussão e aprovação do Orçamento que lhe deu origem e das Grandes Opções do Plano.

Nesse momento, como é sabido, manifestámos a nossa oposição às opções políticas do PS, nomeadamente, o aumento brutal do Imposto Municipal de Imóveis em 33%, facto que colocou o concelho com o IMI mais caro do distrito e que penalizou as famílias, num momento em que estas enfrentavam as consequências do brutal aumento custo de vida.

Esse agravamento fiscal significou um crescimento das receitas dos impostos diretos de 207 mil euros, comparando com 2021 passamos de 882 mil euros para 1 milhão e 90 mil euros.

Um aumento a que se juntaram outros, como o caso dos serviços de águas e resíduos, entretanto acompanhados da recente ameaça do corte de água (esquecendo que este é um bem essencial à vida, e que por isso mesmo, essa nunca pode ser a solução) e esquecendo as suas próprias responsabilidades no estado a que o concelho foi conduzido, culminando na submissão a um plano de saneamento financeiro.

Por outro lado, e tal como antecipámos, a execução orçamental de 2022 ficou claramente abaixo do inicialmente orçamentado, piorando mesmo o que aconteceu em 2021, registando-se uma diferença de mais de 2 milhões e 200 mil euros no campo das receitas e de 2 milhões e 387 mil euros nas despesas, redução essa que foi particularmente expressiva nas despesas de capital, com menos 2 milhões e 360 mil face ao inicialmente previsto, significando assim que aquilo que foi prometido, ficou uma vez mais por concretizar, como se comprova por uma execução do Plano Plurianual de Investimentos que se ficou pelos 47,58%.

Já o resultado líquido foi muito negativo (- 714 mil euros), menos mau que em 2021 é certo, mas muito longe do equilíbrio, num quadro em que os resultados transitados negativos ascendem a quase 30 milhões de euros, isto é, 2,7 vezes superior ao orçamento!

O passivo total subiu em mais 1 milhão e 276 mil euros face a 2021, mais 11,6%.

Recuperou-se a capacidade de endividamento, traduzido no aumento de impostos e na redução do investimento.

Evidentemente, não ignoramos as trágicas consequências de acontecimentos, como foi a pandemia, cujas consequências ainda se fazem sentir, e o eclodir da guerra na Europa, com a invasão da Ucrânia pela Rússia e os seus efeitos, mas nem tudo pode servir de desculpa quando aquilo que temos é uma gestão autárquica em que as palavras teimam em ser uma coisa e os atos outra bem diferente.

Assim, 2022 foi mais um ano em que pouco ou nada aconteceu e em que muitas promessas ficaram na gaveta, atrasando ainda mais o concelho.

É o caso da criação de área empresarial de Maçainhas, que sabemos agora, só avançará no próximo quadro comunitário; o mesmo na Habitação, cuja Estratégia Local só foi aprovada em 2023, ao contrário do que faz supor o Relatório de gestão, no urbanismo, na requalificação da rede viária, na melhoria dos serviços de águas e saneamento, áreas em que o investimento ou foi reduzido ou nulo.

À semelhança de 2021, também não houve nada de novo para a Juventude, nem para as Freguesias, sendo que este foi ainda um ano particularmente difícil para as Associações e Coletividades.

O mesmo em relação aos trabalhadores, que é essencial valorizar, mas que a autarquia pouco ou nada faz para isso, não investindo em SST, em Formação, que não tem um ACEP, que entre outras coisas permitiria repor os 3 dias de férias roubados pela troika, que continua sem aplicar a opção gestionária, que permitiria valorizar os salários mais baixos e não aplica o suplemento de penosidade e insalubridade, enquanto as instalações oficinais estão longe daquilo que se exige.

Em síntese, 2022 foi um ano de enormes dificuldades para a população, para os trabalhadores e para o tecido económico e social, confrontados com o significativo agravamento do custo de vida.

Mas nada disto impediu o município de continuar a abraçar alegremente a municipalização de funções sociais do Estado, como a educação e a saúde e recentemente a ação social, sendo que também neste plano, as consequências se farão sentir mais cedo que tarde.

Por tudo isto, a nossa abstenção e a reafirmação da necessidade urgente de mudar de políticas.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua Declaração de Voto que se transcreve integralmente.

“Terminado que foi o ano económico de 2022, compete à Câmara Municipal, em conformidade com o disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação desta Assembleia Municipal.

O presente Relatório de Gestão e Contas espelha a execução do Orçamento do Município de Belmonte, relativo ao ano de 2022, e foi elaborada nos termos da Lei.

Assim, deixo desde já, uma palavra de reconhecimento pelo trabalho efetuado por todos os colaboradores da Câmara Municipal que estiveram envolvidos na sua elaboração, trabalho e dedicação que reconheço e agradeço.

Na sequência da estratégia definida nas Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados para o ano de 2022, o executivo tomou as medidas necessárias, com vista à execução dos projetos e ações inscritos naqueles documentos.

Para uma análise objetiva aos resultados da gestão e ao impacto dos mesmos na evolução do concelho, nas suas instituições e nas condições de vida dos cidadãos, importa ter presente quer os objetivos traçados, quer os eventuais condicionalismos que, sempre, se colocam ao longo da execução.

A ação desenvolvida no ano transato, da responsabilidade política do Partido Socialista, mostra-se em linha com os grandes objetivos traçados desde o início do mandato autárquico e vem materializando os compromissos assumidos com a população.

As exigentes condições impostas pelos diferentes condicionalismos do Município, e o contexto económico do País, determinaram, decisivamente, quer as prioridades, quer o grau de realização anual dos diversos projetos e atividades planificadas.

O realismo, o rigor e a objetividade dos documentos previsionais aprovados estão agora bem patentes nos resultados enunciados nos vários aspetos analisados no Relatório de Gestão.

Em 2022, continuámos o trabalho de preparação do concelho para os desafios que o Município enfrenta, com vista à garantia do futuro, tendo em conta a problemática da sustentabilidade dos territórios de baixa densidade.

Nos principais vetores de desenvolvimento, foram tomadas medidas, elaborados e executados projetos que visam dotar o concelho de infraestruturas indutoras de coesão territorial e de criação de condições diferenciadoras do Município no contexto regional.

O resultado das opções tomadas e das medidas de gestão implementadas levaram à obtenção de valores que reputamos de positivos, tendo em vista o cumprimento do objetivo de alcançar o equilíbrio das contas do município.

Considerando os pressupostos, objetivos, condições e resultados atrás elencados, entendemos ser imperativo votar favoravelmente os documentos de prestação de contas do ano de 2022.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Técnico Oficial de Contas, Senhor Pedro Patrício, para que o mesmo possa efetuar os esclarecimentos solicitados.

O Técnico Oficial de Contas, Senhor Pedro Patrício, tomou a palavra e prestou alguns esclarecimentos solicitados pelos Senhores(as) Deputados(as) da Assembleia Municipal.

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e agradeceu a informação prestada pelo Senhor Pedro Patrício.

Seguidamente aludiu que realmente era um dos problemas dos Revisores Oficiais de Contas a resposta à circularização de saldos. Todavia, e por culpa própria não tinha tido acesso ao documento “Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas”, sendo que só nesse preciso momento e muito rapidamente tinha passado uma vista de olhos ao documento. Contudo e de qualquer forma parecia-lhe haver uma gralha no item “Bases para a opinião com reservas” no último parágrafo onde estava referido “o valor de dívidas de fornecedores”, sugerindo que corrigissem para “o valor de dívidas a fornecedores.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD) tomou a palavra e apresentou a sua Declaração de Voto que se transcreve integralmente.

“Começo por salientar que o relatório que acompanha a conta de gerência regista uma qualidade superior à do ano anterior. Tomou-se boa conta da redução do endividamento, ainda que insuficiente. Verifica-se também um resultado líquido negativo muito elevado, ainda que com uma pequena redução. Este resultado seria de enaltecimento se se observasse obra ou se cortes brutais como os feitos nas coletividades não tivessem acontecidos. A redução do resultado negativo bem como do endividamento, em conjunto, correspondem grosso modo ao corte nas coletividades, pelo que isso indicia que poucas medidas estruturais foram tomadas, nomeadamente em despesas com pessoal e aquisições de serviços, pelo que reforçamos a nossa posição, assumida desde

a primeira hora, que este caminho não é o correto. Por tudo isto, e porque se trata da conta de gerência, e atentos às bases para emissão de opinião do ROC com reservas, este grupo parlamentar vota pela abstenção.”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Relatório e Conta de Gerência de 2022 do Município de Belmonte” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **9** abstenções da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), e **10** votos a favor da Bancada do PS, pelo que o “Relatório e Conta de Gerência de 2022 do Município de Belmonte” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.*

*Antes de terminar a reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação, os quais foram aprovados por **unanimidade**.*

4 - 2º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, tendo em conta que não havia inscrições, este período de intervenção dos Senhores Munícipes ficava encerrado.

Nada mais havendo a tratar nesta Sessão e sendo 12:10 horas, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que eu, Artur Alberto Mendes de Elvas, Primeiro Secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o Senhor Presidente, depois de lida e aprovada integralmente na Sessão seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário